

Musealização de património arqueológico urbano no seu local de origem: uma reflexão sobre Ponta Delgada^{*}

JOÃO GONÇALVES ARAÚJO**
N'ZINGA OLIVEIRA***

Introdução

Nas últimas duas décadas, à semelhança de outros centros históricos do país, e com um significativo desfasamento face à generalidade das cidades europeias (Martins & Ribeiro 2009-2010, 150-151), têm vindo a ser desenvolvidas, em Ponta Delgada, várias intervenções arqueológicas como medida de minimização de impactos negativos sobre o património, em boa parte consequência da intensificação da reabilitação urbana. É certo que o crescimento urbano provoca profundas transformações nos centros históricos, mas esse impacto não tem de ser necessariamente negativo, como no geral se tem verificado. Embora as soluções passem invariavelmente por alterações nos imóveis, a intervenção prévia devidamente planeada, bem como a aplicação de métodos e técnicas adequadas e um registo sistemático e exaustivo, permitem a redução dos impactos negativos e minimizam perdas patrimoniais.

* Parte deste trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da bolsa de doutoramento 2021.06442.BD.

** CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1261-7564>. E-mail: joaoaraujo@fcsch.unl.pt.

*** Universidade dos Açores, CHAM.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6978-3056>. E-mail: nzinga.oliveira@gmail.com.

Os locais alvo de intervenções arqueológicas aqui abordados enquadram-se em ações de prevenção e salvaguarda do património em contexto de intervenção de emergência, na fase de execução das obras ou em fase de estudo de avaliação de impacto do projeto. Na sua maioria, estes sítios reúnem um conjunto de características que permitem o desenvolvimento de soluções que preservem a sua memória histórica, embora em nenhum dos casos tal tenha sido contemplado originalmente. Esta realidade é reflexo da ausência de uma estratégia para a cidade que valorize com a devida assertividade a sua dimensão histórica e cultural, ignorando o facto de a arqueologia poder assumir um importante compromisso que vai além do registo e do estudo de sítios e dos espólios exumados, contribuindo ativamente para a dinamização social, cultural, turística e, por acréscimo, económica da cidade.

Este texto assume-se, portanto, como uma base de trabalho, num estágio ainda embrionário, a partir da qual pretendemos realizar uma proposta de valorização de bens arqueológicos, com enfoque no centro histórico da cidade de Ponta Delgada, pela dimensão e relevância dos dados disponibilizados nos últimos anos, em parte em linha com o que Vítor Oliveira Jorge apresentou como uma “conceção abrangente e dinâmica do património arqueológico” (Jorge 2007, 125-133). Com isso, pretendemos promover a discussão sobre a integração do património arqueológico na oferta cultural da cidade, numa lógica de contributo para o turismo cultural, direcionado para os seus habitantes, comunidades locais e visitantes, regionais, nacionais e estrangeiros. Essa discussão deverá sempre ter em conta a sustentabilidade do património cultural, *latu sensu*, optando por soluções que, garantindo a divulgação e o fácil acesso dos cidadãos aos bens musealizados, os protejam de uma exposição massificada, indo ao encontro das principais preocupações a nível global no que concerne à proteção dos bens patrimoniais arqueológicos (Renfrew & Bahn 2016, 568-569).

Enquadramento

A evolução da atividade arqueológica nos Açores foi já alvo de algum trabalho reflexivo, embora não contemplando os últimos anos, concretamente o período posterior a 2015 (Neto 2018). Foi, no entanto, a partir de meados da década passada que se verificou um incremento significativo da atividade arqueológica no arquipélago, cujos dados podem ser consultados na Carta Arqueológica dos Açores,¹

1 Carta Arqueológica dos Açores (DRC). Acedido a 15 de outubro, 2022. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/paa/ca/Default.aspx>.

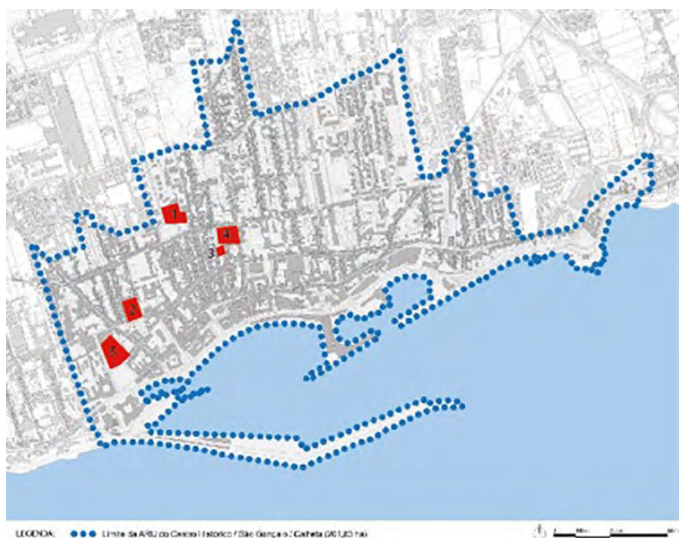
carecendo, contudo, de alguma atualização. Tal deveu-se a um forte crescimento do setor da construção civil, sentido sobretudo nos principais centros urbanos açorianos, impulsionado por importantes investimentos, públicos e privados, com especial destaque para o setor turístico.

A acumulação de dados arqueológicos resultantes das intervenções desenvolvidas, além de ter permitido alguns avanços no campo da investigação científica, tem favorecido algumas reflexões sobre as estratégias de gestão desse património, na qual se deve incluir a sua divulgação e disponibilização para fruição pública (Oliveira, Araújo & Rodrigues 2019). A conceção destas soluções terá sempre de ser adaptada ao contexto, dependendo de um diverso conjunto de variáveis, das quais destacamos: a natureza do sítio; as características do espólio exumado; o estado de conservação das estruturas e espólio; a nova funcionalidade do espaço onde foi desenvolvida a intervenção arqueológica; e o acesso do público em geral.

A partir das variáveis acima expostas, propomos duas modalidades distintas: integração de estruturas e/ou artefactos arqueológicos em museus, núcleos museológicos ou monumentos com áreas musealizadas; e a integração de conjuntos artefactuais restritos em espaços de usufruto público ou semipúblico.

Integração de estruturas e/ou conjuntos arqueológicos em museus, núcleos museológicos ou monumentos com áreas musealizadas

A primeira modalidade resulta de intervenções arqueológicas, regra geral, de maiores dimensões, em sítios de elevado potencial arqueológico ou monumentos de elevado valor patrimonial, que revelaram contextos arqueológicos de dimensão e diversidade assaz significativas (**fig. 1**). Inserem-se nestes casos as intervenções realizadas no antigo Colégio dos Jesuítas, no Palácio/Convento de Nossa Senhora da Conceição, no antigo Recolhimento de Santa Bárbara, no antigo Convento de Santo André e no Convento de Nossa Senhora da Esperança. Todos esses edifícios mantêm-se, de uma forma ou de outra, abertos ao público, assumindo-se como importantes equipamentos culturais na cidade.



1 Localização dos espaços intervencionados que integram o grupo de estruturas e/ou conjuntos arqueológicos em museus, núcleos museológicos ou monumentos com áreas musealizadas sobre mapa do limite da área de reabilitação urbana de Ponta Delgada: 1 – Colégio dos Jesuítas; 2 – Palácio/Convento de Nossa Senhora da Conceição; 3 – Recolhimento de Santa Bárbara; 4 – Convento de Santo André; 5 – Convento de Nossa Senhora da Esperança. Adaptado de Sociedade Portuguesa de Inovação 2016, 17.

O antigo Colégio dos Jesuítas, edificado entre 1591 e 1593, cuja igreja e áreas anexas foram adaptadas de modo a receber o Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado, e a restante área transformada de modo a albergar a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, foi alvo da mais antiga intervenção arqueológica registada aqui tratada. A intervenção limitou-se a um acompanhamento arqueológico de obra, não tendo sido identificados contextos estratigráficos preservados (Carvalho & Bernardes 1995, 318). Porém, foram expostas estruturas arqueológicas com potencial patrimonial, tendo sido proposta pelos intervenientes a sua integração no novo edifício em construção (Carvalho & Bernardes 1995, 325), algo que em parte foi tido em conta, embora não esteja garantido um acesso direto do público a essas áreas. Apesar do antigo Colégio estar hoje dividido em duas instituições distintas, ambas são tuteladas pela Direção Regional da Cultura, pelo que consideramos viável a articulação entre os dois espaços, mantendo em parte o contínuo do conjunto edificado comum que constituíram até ao século XX. Apesar de nesta

intervenção não terem sido identificados conjuntos arqueológicos expressivos, estes espaços adequam-se, por exemplo, a acolher, pontual e temporariamente, exposições de temática arqueológica.

O Palácio/Convento de Nossa Senhora da Conceição, edificado entre 1664 e 1671, foi intervencionado em 2016 e em 2020. Os trabalhos realizados permitiram a identificação de importantes vestígios estruturais do antigo convento, posteriormente integradas no novo discurso arquitetónico do edifício reabilitado, que passará também a alojar a Casa da Autonomia/Centro Histórico e Documental da Autonomia. Além disso, o projeto contemplou a intenção de musealizar uma pequena parte de espólio arqueológico exumado das sondagens de diagnóstico realizadas em 2016, relativas à ocupação do espaço na lógica conventual entre os séculos XVII e XIX (Oliveira & Rodrigues 2016, 10).

O Museu Carlos Machado teve intervenções arqueológicas em dois dos seus núcleos: o de Santa Bárbara e o de Santo André. A intervenção no primeiro, antigo Recolhimento de Santa Bárbara, cuja ermida terá sido edificada no início do século XVII, e recolhimento por volta de 1662, resultou na preservação de alguns elementos arquitetónicos. Contudo, também aqui esses elementos não estão objetivamente assinalados, nem fazem parte de circuitos específicos que os apresentem ao público como tal, algo que poderia ser equacionado de modo a enriquecer ainda mais o núcleo museológico como um todo. O espólio exumado no recolhimento não se encontra exposto, pelo que também seria interessante pensar uma forma de o concretizar.

O Núcleo de Santo André, correspondente ao antigo convento homónimo, edificado entre 1567 e 1583, foi alvo de duas intervenções nos últimos anos: uma pequena sondagem mecânica em 2014 e uma intervenção de grandes dimensões em 2020, no âmbito da construção das novas reservas museológicas e área de exposição temporária (Araújo 2022). A primeira intervenção permitiu a recolha de alguns artefactos arqueológicos, maioritariamente cerâmicos, alguns deles integrados no discurso museográfico do museu, tendo sido criada uma pequena área expositiva, resultado de uma exposição intitulada *Museu Carlos Machado: Memória do Convento* (Fernandes & Antunes 2016).

A intervenção de 2020, tendo sido de muito maior monta, produziu resultados proporcionalmente mais significativos, resultando na identificação de várias estruturas antigas associadas ao convento, bem como na recolha de avultado espólio arqueológico. Infelizmente, apesar da identificação das monumentais estruturas, não foi considerada a reformulação do projeto, resultando na sua destruição. A integração destas estruturas, no todo ou em parte, numa nova solução arquitetónica teria enriquecido o espaço museológico, assumindo-se como uma

solução única a nível regional. As estruturas foram destruídas, tendo-se preservado apenas pelo registo, à exceção de pequenos troços que se mantiveram no subsolo nas áreas não escavadas e de vestígios de um chafariz identificado, que foi removido e cuja proposta da equipa que interveio foi no sentido da sua integração no novo jardim do espaço (Araújo 2022, anexo D-5, solução essa recusada pela própria instituição museológica).

Apesar do panorama acima descrito, consideramos a possibilidade desse núcleo museológico integrar uma área dedicada às estruturas identificadas, com recurso a fotografias, desenhos técnicos e reconstituições virtuais das estruturas identificadas. Além disso, o espólio exumado, pela sua riqueza e diversidade, poderá vir a integrar a coleção associada à memória do convento, algo que exigirá a sua ampliação e reconfiguração, aproveitando a exposição temporária inaugurada em dezembro de 2024 intitulada “Arqueologia, do Convento ao Museu”, com respetivo catálogo (MCM 2024). Considerámos este um elo fulcral na proposta aqui desenvolvida, uma vez que poderá vir a ser um dos pontos mais importantes num roteiro de arqueologia urbana da cidade e do arquipélago.

Por fim, o convento de Nossa Senhora da Esperança, edificado entre 1535 e 1541, sendo propriedade da Diocese de Angra, assume um papel importante na proposta aqui delineada. As intervenções realizadas entre 2015 e 2016 e em 2018 produziram um manancial de conhecimento muito significativo, do qual destacamos a exumação de abundante espólio arqueológico resultante

de cerca de quatro séculos de ocupação do convento enquanto espaço de clausura (Araújo e Oliveira 2020a). As intervenções realizaram-se no âmbito do projeto *Convento de Nossa Senhora da Esperança: Intervenção, Conservação, Restauro e Reabilitação do Convento de Nossa Senhora da Esperança* (Basto 2015), que contempla a dotação de todo o espaço de várias valências, incluindo a remodelação da sala de exposições já existente, na antiga cozinha conventual, ou então a criação de um novo espaço capaz de acolher um núcleo expositivo representativo do vasto espólio exumado durante os trabalhos de arqueologia, que tem vindo a ser estudado e publicado (Araújo & Oliveira 2016; Araújo & Oliveira 2020b). Neste discurso expositivo, além do especial enfoque no quotidiano conventual (**fig. 2**), seria igualmente



2 Púcaro em cerâmica fosca datado do século XVII, recolhido nas escavações do Convento de Nossa Senhora da Esperança. Fotografia de João Gonçalves Araújo.

interessante, à imagem do proposto para o núcleo de Santo André no Museu Carlos Machado, apostar numa abordagem explicativa e ilustrativa dos trabalhos arqueológicos realizados. Consideramos que a integração da vertente arqueológica na nova conceção do Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres seria um importante elemento nesta estratégia, uma vez que é um espaço central no âmbito do turismo religioso açoriano, algo que potenciaria a divulgação da arqueologia em termos regionais, nacionais e internacionais, uma vez que uma parte muito significativa do público que visita o santuário vive nas comunidades açorianas emigradas.

Integração de estruturas e/ou artefactos arqueológicos em espaços públicos ou privados de acesso público ou semipúblico.

As intervenções arqueológicas realizadas em empreitadas de menor dimensão estiveram maioritariamente associadas a investimentos privados. Por isso, e pelas próprias características dos espaços intervencionados, não permitem o desenvolvimento de propostas particularmente ambiciosas, embora sejam elegíveis para soluções pontuais onde seja contemplada a integração de achados arqueológicos (**fig. 3**).



3 Localização dos espaços urbanos intervencionados que integram o grupo de estruturas e/ou artefactos arqueológicos em espaços públicos ou privados de acesso público ou semipúblico, sobre mapa do limite da área de reabilitação urbana de Ponta

Delgada: 6 – Rua Dr. Guilherme Poças Falcão, n.º 21 a 25; 7 – Fábrica Paroquial da Igreja Matriz de São Sebastião; 8 – Adro da Igreja de São Pedro.
Adaptado de Sociedade Portuguesa de Inovação 2016, 17.

Os artefactos arqueológicos elegíveis para serem expostos nestes espaços serão sempre propriedade do estado português, tendo como fiel depositária a instituição definida pela tutela, respeitando a legislação sobre o assunto em vigor.² Assim, consideramos que a disponibilização desse acervo fora das instituições museológicas deverá ser feita mediante acordo devidamente formalizado entre as partes envolvidas, concretamente a entidade proprietária do espaço onde ficará exposto o espólio, a instituição definida como fiel depositária, regra geral o museu municipal ou regional, e a tutela, que, no caso açoriano, é a Direção Regional da Cultura. Neste regime, deverá estar garantida a manutenção regular das peças de modo a assegurar a sua integridade e preservação. Será, a vários níveis, frutífera a inclusão nessa solução dos agentes arqueológicos que intervieram no espaço, leia-se arqueólogos e entidades enquadrantes.

Além das questões acima levantadas, será importante definir os critérios para a seleção das peças a serem expostas nos espaços que integram esta categoria. Uma vez que a intenção é a preservação *in loco* de espólio que ilustra a evolução da ocupação do espaço, haverá certamente margem para alguma diversidade nas opções museológicas e museográficas com o propósito de passar mensagens específicas, ou ainda de destacar um determinado momento de ocupação. Outra variante que nos parece absolutamente central na seleção do espólio prende-se com o valor patrimonial e científico dos artefactos. Consideramos que peças de elevado valor patrimonial e científico, ou cujas especificidades da peça ou do contexto assim o justifiquem, não devem fazer parte dessas soluções. Nestes casos, as peças devem integrar os museus definidos pela tutela, de modo a salvaguardar a sua integridade física e garantir, caso se justifique, um total acesso público. A título de exemplo, expomos aqui três imóveis intervencionados com conjuntos artefactuais que se prestam aos objetivos em questão.

O imóvel intervencionado situado na Rua Guilherme Poças Falcão, n.º 21-15, corresponde a um edifício originalmente construído no final do século XIX ou inícios do século XX, como edifício habitacional. Terá mantido essa função durante grande parte do século XX, embora seja mais conhecido na cidade de Ponta Delgada por albergar a Galeria de Arte Fonseca Macedo.

2 “Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/A”, Diário da República, 16 de maio, art. 20º;
“Decreto-Lei n.º 164/2014”, Diário da República, 4 de novembro, art. 18º, n.º 1.

O imóvel foi alvo de reabilitação durante o ano de 2020, tendo sido convertido em alojamento local, mantendo o espaço artístico. Os artefactos identificados encontram-se, no geral, bastante fragmentados, embora seja possível definir três momentos cronológicos distintos: um primeiro associado à ocupação inicial desta zona urbana, datado de finais do século XVI e início do século XVII, em linha com o que se conhece sobre o crescimento urbano de Ponta Delgada nesse período para norte (Leite 2014, 325); um segundo momento datado de meados do século XVII a meados do século XVIII, ao qual julgamos ter estado associado um edifício urbano já com alguma dimensão; e um terceiro momento, associado aos primeiros anos de utilização do imóvel existente antes da reabilitação, que deverá datar do final do século XIX ou início do XX (Araújo 2021a, 30-31).

No relatório final da intervenção foi proposta a conceção de uma pequena exposição temporária de alguns artefactos exumados, aproveitando o facto de o espaço corresponder a uma galeria de arte. Tal iniciativa poderá vir a ser importante na divulgação da arqueologia enquanto ciência e da sensibilização do público para as questões patrimoniais (Araújo 2021a, 32). Esta exposição temporária poderia assumir um carácter experimental, pretendendo aferir o grau de adesão do público à solução museográfica, podendo ser posteriormente transformada numa mostra permanente, mantida num pequeno espaço da galeria, acompanhada de um painel informativo ou solução digital equivalente. Outra opção passa pela instalação de uma vitrina na área correspondente à receção da área de alojamento local, ou outra área comum deste espaço, garantindo assim um contacto direto entre os hóspedes e a pequena mostra arqueológica. Não é inédita a associação entre espaços de alojamento turístico e a preservação de estruturas arqueológicas. Veja-se o exemplo do Hotel do Corpo Santo, em Lisboa, que integrou nas suas instalações de área pública e comum estruturas e espólio arqueológico identificados durante o projeto de construção e que aposta no destaque dessa cultura material no marketing da sua imagem.³ Outro espaço de referência da capital é o Hotel Aurea Museum, que criou um núcleo museológico integrado no hotel, de modo a incorporar os vestígios de estruturas e o espólio que testemunham a intensa dinâmica de ocupação deste espaço da cidade desde o período pré-romano (fig. 4).⁴

3 Hotel do Corpo Santo. Acedido a 18 de janeiro, 2022. <https://www.corposantohotel.com/sala-fernandina>.

4 Eurostars Hotel Museum. Acedido a 18 de janeiro, 2022. <https://www.eurostarshotels.com.pt/aurea-museum.html>.

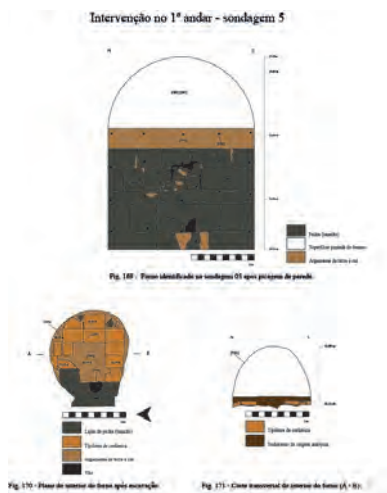
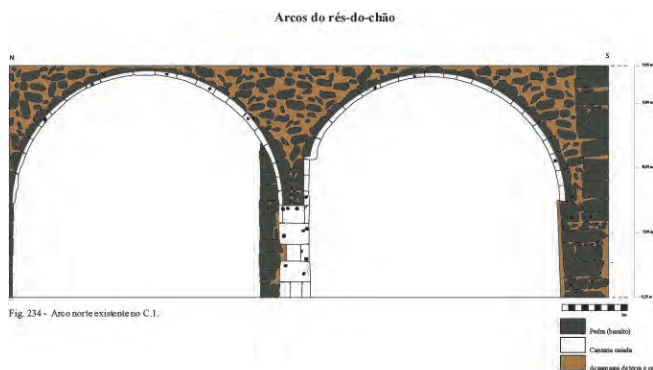


4 Estruturas arqueológicas integradas e musealizadas no Hotel Aurea Museum, em Lisboa. Fotografia de João Gonçalves Araújo

O edifício correspondente à atual Fábrica Paroquial da Igreja Matriz de São Sebastião, localizado na esquina entre o Largo Vasco Bensaúde e a Rua Manuel Inácio Correia, foi também alvo de uma intervenção arqueológica que o elege para uma pequena solução museológica. Este imóvel localiza-se na envolvente da Igreja Matriz de São Sebastião, isto é, numa das áreas mais antigas da cidade, com ocupação desde o início do século XVI (Leite 2014, 98). Além disso, o imóvel situa-se nas imediações das antigas instalações da Misericórdia de Ponta Delgada, localizadas nesta área entre os séculos XVI e XIX. O edifício atualmente existente, que deverá datar de meados/terceiro quartel do século XIX, terá sido inicialmente um espaço habitacional, posteriormente convertido na sede de Ponta Delgada do Banco Nacional Ultramarino, no início do século XX. Em meados do século passado, passou para a posse da paróquia da Igreja Matriz de São Sebastião, mantendo-se até hoje como espaço de apoio às atividades paroquiais.

As sondagens de diagnóstico e o acompanhamento de obra realizados permitiram apenas a identificação de contextos relacionados com o imóvel oitocentista, uma vez que a construção do edifício, com cave, terá destruído os vestígios anteriores. Porém, identificaram-se elementos arquitetónicos anteriores reaproveitados na alvenaria do imóvel, datáveis dos séculos XV/XVI a XVIII (Araújo 2021b, 30-32). Também neste caso foi contemplado, no relatório final, uma proposta de seleção de alguns artefactos arqueológicos que pudessem ser

integrados numa solução expositiva, temporária ou permanente, na cave do novo edifício, tornando-os acessíveis a uma fruição pública, embora parcial dada a propriedade do imóvel (Araújo 2021b, 32). Outra solução equacionada para este sítio resultaria no aproveitamento de uma das várias janelas altas existentes no rés-do-chão do edifício, transformando-a em vitrina virada para rua, contendo espólio devidamente identificado e painéis informativos com fotografias e desenhos do registo arqueológico do processo de intervenção (fig. 5).



5 Desenhos arqueológicos de estruturas identificadas passíveis de integrarem os painéis informativos de cada sítio. Exemplos da Fábrica Paroquial da Igreja Matriz de São Sebastião. Desenhos de João Gonçalves Araújo



6 Vitrina com materiais arqueológicos expostos e painéis informativos, virada para a rua, resultante da intervenção arqueológica realizada pela Câmara Municipal de Almada em imóvel situado na Rua Capitão Leitão, n.º 2 e 2A e Largo dos Bombeiros Voluntários, Almada. Fotografia de João Gonçalves Araújo

Tal solução também não é inédita, existindo alguns exemplos a nível nacional conhecidos, como é o caso do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros,⁵ em Lisboa, ou, mais próximo da realidade aqui apresentada, o edifício situado na esquina entre a Rua Capitão Leitão e o Largo dos Bombeiros Voluntários, em Almada (**fig. 6**). Neste último exemplo, destacamos a colaboração entre a Câmara Municipal de Almada e o proprietário do imóvel, numa solução que consideramos um bom exemplo de colaboração entre agentes públicos e privados (**fig. 5**).

Por fim, destacamos um espaço urbano ao ar livre que também se proporciona à criação de uma pequena solução museológica *in loco*: o adro da Igreja de São Pedro. A documentação histórica indica-nos que as origens deste templo remontam às fases mais antigas da cidade, certamente ao século XVI e provavelmente a finais do século XV. A igreja terá sofrido importantes reformulações nos séculos XVII e XVIII, assumindo, grosso modo, a sua configuração atual (Sousa 1986, 95-147). A intervenção arqueológica permitiu a identificação de algumas estruturas que poderão estar associadas aos templos ali existentes anteriormente, concretamente vestí-

gios de uma estrutura em alvenaria e de um pavimento constituído por pedra e cal (**fig. 7**). Além disso, identificaram-se alguns contextos estratigráficos com um significativo grau de fiabilidade que apontam para cronologias recuadas no contexto insular, podendo datar da primeira metade do século XVI.⁶

Uma possível solução para este espaço passaria pela criação de uma vitrine embutida na face norte do muro do adro, junto à área intervencionada, acompanhada de um pequeno texto sobre a igreja e de informação gráfica resultante

5 Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Acedido a 18 de janeiro, 2022. <https://www.fundacaomillenniumbcp.pt/nucleo-arqueologico>.

6 A intervenção realizada no adro da Igreja de São Pedro desenvolveu-se em novembro de 2019 e consistiu no acompanhamento arqueológico da construção de uma rampa de acesso ao adro através a escavação de uma faixa no lado nordeste do mesmo. O relatório final da intervenção encontra-se em processo de conclusão.

da intervenção arqueológica. Apesar da área a norte do adro da igreja consistir atualmente num pequeno parque de estacionamento, algo que vemos como uma desvantagem, poderia ser encontrada uma solução que libertasse o acesso à vitrina, com todas as questões de segurança garantidas. Julgamos que apesar desse constrangimento, esta área ficou recentemente valorizada pela instalação de um quiosque pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, pelo que a vitrina poderia estar perto deste espaço, garantindo uma maior fluidez e atratividade no acesso ao espaço.



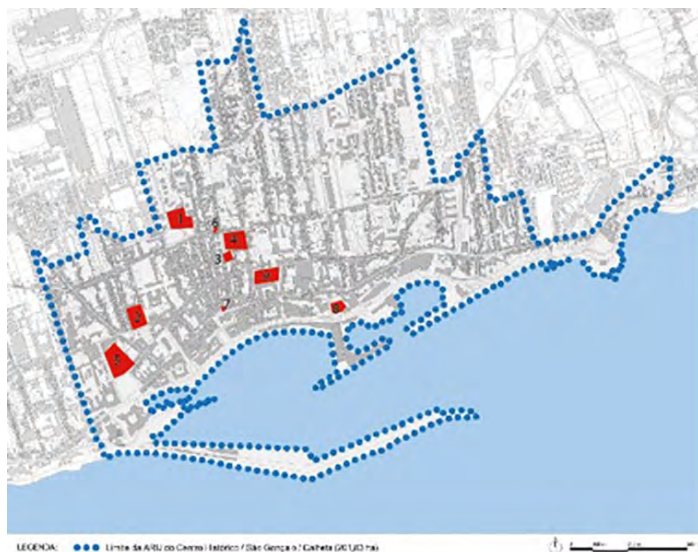
7 Estrutura identificada no decorrer do acompanhamento arqueológico de obra no adro da Igreja de São Pedro. Fotografia de João Gonçalves Araújo.

Um roteiro arqueológico para Ponta Delgada?

Dado o considerável número de sítios intervencionados em Ponta Delgada, assim como a relevância dos achados arqueológicos deles provenientes, seria a vários níveis interessante sistematizar tal informação através da criação de um roteiro arqueológico para a cidade. Nesse instrumento, seriam incluídos os espaços museológicos com coleções arqueológicas da cidade, bem como os espaços privados de acesso público e semipúblico que se proporcionariam à criação de pequenas áreas expositivas (**fig. 8**). Roteiros arqueológicos não são inéditos nos Açores, sendo de assinalar o Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores (Neto & Parreira 2018, 58-79), uma área na qual a região é sobejamente reconhecida nacional e internacionalmente.

Um roteiro arqueológico para Ponta Delgada dotaria a cidade de uma nova abordagem para a dinamização do turismo cultural do seu centro histórico,

podendo ser ainda criadas linhas temáticas dentro do património arqueológico, como seria o exemplo do património conventual, que nesta fase já poderia integrar o Recolhimento de Santa Bárbara e os conventos de Nossa Senhora da Esperança e de Santo André, o antigo Colégio dos Jesuítas e o Palácio/Convento de Nossa Senhora da Conceição. Seria, ainda, de incluir o antigo Convento de São João, entretanto desaparecido, que deu lugar ao Teatro Micaelense. Na intervenção realizada entre 2006 e 2007, no âmbito da construção de um parque de estacionamento subterrâneo sob o atual teatro, foram identificados contextos associados ao antigo espaço conventual. Infelizmente não foram preservadas as estruturas, mas foi recolhido espólio que poderia ser integrado no espaço. Apesar de ser um ambiente menos propício que os acima descritos, existem alguns casos em Portugal de estacionamentos subterrâneos que preservaram *in situ* estruturas arqueológicas, como são os exemplos do parque de estacionamento do Largo de Camões e o do Campo das Cebolas, ambos em Lisboa.



8 Localização de todos os espaços urbanos intervencionados mencionados no texto sobre mapa do limite da área de reabilitação urbana de Ponta Delgada: 1 – Colégio dos Jesuítas; 2 – Palácio/Convento de Nossa Senhora da Conceição; 3 – Recolhimento de Santa Bárbara; 4 – Convento de Santo André; 5 – Convento de Nossa Senhora da Esperança; 6 – Rua Dr. Guilherme Poças Falcão, n.º 21 a 25; 7 – Fábrica Paroquial da Igreja Matriz de São Sebastião; 8 – Adro da Igreja de São Pedro; 9 – Convento de São João.

Adaptado de Sociedade Portuguesa de Inovação 2016, 17.

Os espaços selecionados seriam complementados com a criação de placas com código QR, preferencialmente existentes nas fachadas dos edifícios de modo a assinalar a existência de realidades arqueológicas nestes espaços. O código QR daria acesso direto a uma aplicação móvel, preferencialmente plurilingue, que funcionasse como guia e canal facilitador de consulta e disseminação da informação de cada um desses sítios, articulando-os entre si (**fig. 9**). Também neste caso a solução não seria inédita a nível nacional. Existem alguns exemplos de boas práticas nesse sentido, do qual se destaca o projeto Lisboa Romana.⁷ Em Ponta Delgada existe já um suporte que se adequaria particularmente à solução por nós defendida. Trata-se de um *site* associado também a uma aplicação móvel, VisitPontaDelgada,⁸ nos quais se encontra categorizado o património imóvel, podendo ser acrescentada a categoria de património arqueológico.



9 Exemplo de página de aplicação móvel com informação referente a sítio arqueológico sinalizado. Conceção de N'Zinga Oliveira.

Considerações Finais

O atual panorama dos centros históricos nacionais e regionais tem sido pausado por uma constante tensão entre as dinâmicas de reabilitação de espaços urbanos antigos e a necessidade de preservação do património histórico, artístico e arqueológico, com prejuízo quase sempre para a segunda parte. Tal resulta, invariavelmente, num empobrecimento cultural dos espaços urbanos, levando por arrasto as próprias comunidades que nele vivem. Esse panorama é fruto da perceção generalizada de que a proteção patrimonial atua como um entrave ao desenvolvimento, algo com o qual não poderíamos estar mais em desacordo. O património histórico, artístico e arqueológico é, pelo contrário, um ativo de inestimável valor nos dias de hoje, ganhando particular destaque num mundo cada vez mais globalizado, com tendência para uma certa homogeneização cultural, no qual a diferença, a autenticidade e a originalidade

7 Lisboa Romana. Acedido a 19 de janeiro, 2022. <https://lisboaromana.pt>.

8 VisitPontaDelgada. Acedido a 19 de janeiro, 2022. <http://www.visitpontadelgada.pt/>.

identitárias funcionam como um atrativo cada vez mais importante (Renfrew & Bahn 2016, 583).

A arqueologia funciona como um elemento de particular valor estratégico, uma vez que resulta de realidades materiais, e por isso palpáveis e visíveis, que facilitam a relação entre os agentes do passado e as comunidades do presente. Consideramos que tal deve ser pensado para o centro histórico de Ponta Delgada como uma estratégia enquadrada em modelos multidisciplinares e interdisciplinares de conservação e restauro (Queiroz & Portela 2009, 17-21), resultando na valorização dos espaços urbanos, além de garantir um maior grau de bem-estar aos cidadãos. Cremos que tal estratégia poderá funcionar como atrativo para públicos nacionais e internacionais, contribuindo assim para a dinamização económica resultante do turismo cultural. Além disso, e numa perspetiva menos economicista, mas tão ou mais relevante, é da maior importância garantir o acesso das comunidades locais ao seu património histórico, descodificando-o através de soluções interativas e pedagógicas. Fica, assim, reforçada, se não garantida, a preservação do património e da memória histórica dos espaços, fator essencial para a consolidação das identidades culturais das comunidades.

[...] debemos dirigir nuestros esfuerzos hacia una “Arqueología preventiva, de investigación, de conservación y puesta en valor”, fruto de la planificación y en equilibrio con un desarrollo no meramente destructivo, si no dirigido a recuperar nuestra memoria, en la que la Arqueología y sus Museos sean el palimpsesto sobre el que se asientan nuestras raíces identitarias como colectividad, dentro de esta sociedad que conformamos la “aldea global” (Azuar 2011, 24).

Bibliografia

- ARAÚJO, João Gonçalves. 2022. *Empreitada Museu Carlos Machado – Núcleo de Santo André – Reservas Visitáveis e Área Expositiva de Curta Duração. Relatório Final da Intervenção Arqueológica*. Ponta Delgada: texto policopiado.
- ARAÚJO, João Gonçalves. 2021a. *Rua Dr. Guilherme Poças Falcão, n.º 21 – 25, Ponta Delgada. Acompanhamento arqueológico de obra*. Ponta Delgada: texto policopiado.
- ARAÚJO, João Gonçalves. 2021b. *Fábrica Paroquial da Igreja Matriz de São Sebastião: sondagens de diagnóstico e acompanhamento arqueológico de obra*. Ponta Delgada: texto policopiado.
- ARAÚJO, João Gonçalves & N'Zinga Oliveira. 2020b. “O convento de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada: o contributo da arqueologia para o conhecimento de

- um monumento identitário”. In *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*, coord. José Arnaud, César Neves & Andrea Martins, 2035-2046. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- ARAÚJO, João Gonçalves & N’Zinga Oliveira. 2020a. *Convento de Nossa Senhora da Esperança – Ponta Delgada. Sondagens arqueológicas de diagnóstico: campanha de 2015-2016*. Ponta Delgada: texto policopiado.
- ARAÚJO, João Gonçalves & N’Zinga Oliveira. 2016. “Fragmentos do quotidiano conventual: o contributo do espólio do Convento de Nossa Senhora da Esperança (séculos XVI-XIX)”. In *Açores e Madeira: Percursos de Memória e Identidade*, coord. Duarte Chaves, 85-103. Velas: CHAM – Centro de Humanidades; Santa Casa da Misericórdia das Velas.
- AZUAR, Rafael Ruiz. 2011. “Arqueología, Museos y Ciudadanos”. In *El Futuro de la Arqueología en España*, ed. Jaime Almansa Sánchez, 21-24. Madrid: JAS Arqueología S.L.U.
- BASTO, Miguel. 2015. *Convento de Nossa Senhora da Esperança: Intervenção, Conservação, Restauro e Reabilitação. Relatório Prévio*. Ponta Delgada: texto policopiado.
- FERNANDES, Ana & Catarina Melo Antunes. 2016. *Museu Carlos Machado: Memória do Convento*. Catálogo. Ponta Delgada: Direção Regional da Cultura.
- CARVALHO, Helena & João Bernardes. 1995. “Intervenção arqueológica no antigo Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada: breve notícia”. *Arquipélago. História*, 2ª série, 1 (2): 317-326.
- JORGE, Vitor Oliveira. 2007. *Arqueologia, Património e Cultura*. 2ª edição. Lisboa: Instituto Piaget.
- LEITE, Antonieta Reis. 2014. *Açores, cidade e território: quatro vilas estruturantes*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- MARTINS, Manuela & Maria do Carmo Ribeiro. 2009-2010. “A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades”. *FORUM* 44-45: 149-177.
- MUSEU CARLOS MACHADO (ed.) “Arqueologia, do Convento ao Museu”. Catálogo. Ponta delgada: Museu Carlos Machado.
- NETO, José Luís. 2018. *Arqueologia nos Açores: uma breve história*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- NETO, José Luís & Pedro Parreira. 2018. *Manual de Boas-Práticas do Património Cultural Subaquático dos Açores*. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura.
- OLIVEIRA, N’Zinga & Carla Devesa Rodrigues. 2016. *Relatório da intervenção de minimização de impactos arqueológicos no Palácio da Conceição*. Ponta Delgada: texto policopiado.
- OLIVEIRA, N’Zinga, João Gonçalves Araújo & Carla Devesa Rodrigues. 2019. “Arqueologia e património religioso: potencialidades de uma ciência para a valorização turística do património religioso”. In *Memória e Identidade Insular: Religiosidade, Festividades e*

- Turismo*, coord. Duarte Chaves, 411-424. Ponta Delgada: CHAM – Centro de Humanidades; Santa Casa da Misericórdia das Velas.
- QUEIROZ, Francisco & Ana Margarida Portela. 2009. *Conservação Urbana e Territorial Integrada — Reflexões sobre salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- RENFREW, Colin & Paul Bahn. 2016. *Archaeology. Theories, Practices and Methods*. 7ª edição. Londres: Thames & Hudson Ltd.
- SOCIEDADE PORTUGUESA DE INOVAÇÃO. 2016. *Relatório 2A: Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico/São Gonçalo/Calheta*. Acedido a 18 de janeiro, 2022. https://www.cm-pontadelgada.pt/cmptadelgada/uploads/document/file/803/_REAS_DE_REABILITA_O_URBANA_DO_CENTRO_HIST_RICO_-_S._GON_ALO__CALHETA__SANTA_CLARA_E_S._ROQUE.pdf.
- SOUSA, Nestor de. 1986. *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.